

## EDITORIAL

# ENGODO

A reforma que levou ao novo Estatuto e Regimento tem na forma jurídica o caráter disciplinar das relações jurídicas que possam incidir sobre as pessoas ou as coisas. No caso particular dessa universidade comunitária, esse Estatuto impôs a lógica da sobrevivência, que alguns chamarão de oportunidade.

As dicotomias entre manter faculdades com ou sem departamentos demonstram projetos sobre qual universidade queremos para o futuro próximo. A estrutura departamental se revela como uma instância política-educacional em que os vínculos do mundo do trabalho são forjados por um ideal de profissão docente, incluindo a pesquisa, ensino e extensão.

Essa instância pedagógica qualifica decisões que afetam o mundo da docência acadêmica. Num passado recente foi a partir dos departamentos da FEA e do Jornalismo que desmontamos a proposta do ponto biométrico, pois tratava-se da alteração da natureza do contrato de jornada para o regime horista. Outro exemplo da importância do departamento, foi o caso da mobilização dos professores do Serviço Social que conseguiram a redução da mensalidade de corpo discente, pois se tornaria impossível manter a existência do curso com mensalidades exorbitantes. São questões desta natureza política-educacional que legitimam os departamentos.

Precisamos entender que a desinformação é o novo poder.

Quando existe uma predominância do discurso pe-

dagógico-administrativo, em que as coordenações de curso cada vez mais assumem atribuições da SAE, entupindo-se de funções de caráter burocrático e deixando-as com pouco espaço para uma reflexão pedagógica e criativa, burocratiza-se a aptidão pedagógica das coordenações tornando-as gestoras da educação.

O imbróglio de desmontar o departamento e turbinar as coordenações traz aquela máxima do cordelista João Julião: "um é, porém não parece, outro parece, mas não é...". As atribuições da coordenação "não são ou não parecem ser" atribuição de departamento. Há essa confusão entre ser e parecer, estamos num grande pandemônio, pois o papel do departamento e da coordenação são díspares. Entretanto, isso só é possível em poucas ilhas de prosperidades como cursos da na FEA, Direito, Psicologia, Medicina e Jornalismo na universidade (ver o editorial "Genealogia do desmonte", PUCviva 1113).

A fusão dos departamentos tornou-se um processo autofágico e endógeno; mecanismo para acelerar o processo de desfigurar a PUC-SP, a partir da aglutinação dos atuais departamentos. Posteriormente, será imposto o contrato mínimo de TP 20 para suprir as demandas a partir de cobranças formais de produção acadêmica, participação de congressos, publicações em revistas Qualis. Essa estratégia gerará demissões e, posteriormente criará o esquema empresarial do exército de

reserva de professores que possam ser contratados com salários menores.

O debate sobre o novo estatuto, que já faz mais de seis meses que imobilizou esta universidade, lembra-nos a máxima de Maquiavel ao contrário: "O mal se faz de uma vez e o bem aos poucos". Preocupa-nos que todo esse esforço nunca foi direcionado para retornarmos aos números de alunos de 2006 nos corredores e salas de aula desta universidade.

A política de desmonte aconteceu desde o início, com a inviabilização de manter os estudantes nesta universidade, através de política de corte de bolsas, ao mínimo necessário para garantir a filantropia, e aumento sistemático de mensalidades.

Mas tudo isso torna-se detalhe, pois essa burocracia acadêmica não se sente desconfortável em ter uma universidade sem alunos. Isto devido à questão fundamental de garantir uma organização epistemológica do dia a dia. Daí seu cartesianismo do *cogito ergo sun* (penso, logo existo) de que pensar uma universidade a partir do novo estatuto, num passo de magia existirá.

O pedagogo José Pacheco, da Escola da Ponte, defende que: "Tudo se estrutura de modo a centrar nas relações entre pessoas. Toda a aprendizagem parte dos desejos e sonhos que traduzem as dificuldades e as necessidades de cada pessoa ou grupo. Tudo parte da realidade local. Todos os dispositivos educacionais são locais". O novo Estatuto vai na contramão

dessa diretriz pedagógica ao constringer e obrigar as fusões departamentais, a partir de uma justificativa de critérios numéricos cabalísticos de no mínimo 25 docentes com pelo menos 20 doutores e 625 horas previstas de atividades departamentais. Desrespeita a autonomia dos colegiados de base dos departamentos, pois esses docentes não se reconhecem nessas novas estruturas, que não respeita seus desejos e sonhos, como também suas necessidades.

A quem interessa o desmonte dessa universidade? Portanto, o que está em jogo é uma disputa de projeto entre a concepção mercantil da educação e o nosso legado histórico de um Estatuto moral da autonomia universitária e liberdade de cátedra. Por isso, não somos síndicos da educação não podemos confundir projeto educação com gestão desta universidade.

Nesse momento de enaltecimento ao obscurantismo, intolerância e desinformação, em que a educação e seu ambiente escolar e/ou acadêmico encontram-se ameaçados, precisamos reinventar novos horizontes políticos e culturais.

O fiel da balança estará nas mãos dos estudantes, que também estão em disputa entre o discurso burocrático que os trata como clientes em vez de cidadãos conscientes do seu tempo histórico.

Eis a ousadia de nosso Estatuto moral.

# Diretor da FEA se posiciona sobre os novos Estatuto e Regimento

*A discussão sobre o novo Regimento da universidade, que regulamentará o novo Estatuto tem gerado uma acalorada discussão no Consun e nos Conselhos de Faculdade. O PUCviva ouviu o Prof. Dr. Antonio Correa de Lacerda, diretor da FEA, sobre algumas implicações que os novos textos terão na universidade, principalmente na organização administrativa das faculdades.*

**PUCviva - Como você vê as implicações decorrentes da implantação do novo Estatuto?**

**Antonio Correa de Lacerda** - Houve um trabalho relevante no âmbito do Grupo de Trabalho e do Consun, o que demandou um longo período de análise, debate e deliberações até chegarmos a uma versão final, aprovada. Houve conquistas, como a preservação da consulta para os cargos diretivos, inclusive reitoria, a manutenção dos departamentos, dentre outras. Por outro lado, temos as restrições nos requisitos para preser-

vação dos departamentos. As atenções se voltam agora para o Regimento, uma vez que várias questões relevantes serão definidas e será necessário uma mobilização e comprometimento de toda a comunidade.

**PUCviva - Qual a importância da manutenção dos departamentos e como a FEA se posicionou?**

**ACL** - Na nossa unidade, FEA, constituímos um grupo de trabalho com representantes dos quatro departamentos. Esse grupo vai sistematizar as discussões que estão ocorrendo no âmbito dos departamentos, consolidar as propostas para posterior deliberação no Conselho da Faculdade, que depois levaremos ao Grupo de Trabalho do Consun. Há relativo consenso na unidade sobre a visão dos departamentos como locus fundamental da universidade. Especialmente para nós, que contamos com quatro cursos, três programas de pós-graduação e vários cursos lato-sensu, abrangendo mais de 3 mil alu-

nos e cerca de 200 professores, a organização por departamentos garante sustentabilidade para que as coordenações de cursos possam se concentrar nas questões pedagógicas, contedísticas e epistemológicas. O departamento é a instância administrativa-organizacional, cabendo à faculdade a gestão dos cursos, programas e departamentos.

**PUCviva - O que você acha das exigências quantitativas para existência dos departamentos?**

**ACL** - Toda meta quantitativa é polêmica por natureza. Por que 20, e não 15, ou 25? Então, o que deveria se sobrepor aos números é uma visão estratégica: o que queremos para a universidade? Qual o papel dos departamentos na estrutura que se vislumbra tendo em vista os desafios do século 21? Isso tem a ver com o longo prazo e a sustentabilidade econômico-financeira e pedagógica.

**PUCviva - O que você acha da possível extinção**

**de departamentos tradicionais como Filosofia, Jornalismo ou Ciências Sociais?**

**ACL** - A decisão final, pelas novas regras, cabe às unidades. A universidade, como a palavra traz na sua acepção, pressupõe a multiplicidade de áreas do conhecimento e atividades. Extinguir departamentos não necessariamente significa extinguir cursos, mas, pode enfraquecê-lo, na medida em que o desvincula de uma importante instância de decisões, políticas, administrativas e, conseqüentemente, pedagógicas, já que não existe uma fronteira explícita entre as questões envolvidas.

**Antonio Corrêa de Lacerda é atual diretor da FEA, professor doutor do Departamento de Economia, do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política, do qual foi coordenador. É também conselheiro, ex-presidente e atual vice-presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon)**

## Consun debate avaliação docente e novos prazos para discussão do regimento

O último Consun do semestre priorizou a finalização do processo avaliativo docente referente ao biênio 2016/17. As faculdades tinham de trazer ao conselho as possíveis medidas contra aqueles docentes que não apresentaram os requisitos da avaliação. A maioria das unidades optou por pedir aos docentes em falta que cumpram um plano de recuperação nos próximos meses e apresentem aos seus respectivos departamentos. Mas as faculdades também levantaram possíveis penalizações para aqueles que não

cumpriram as metas do processo avaliativo. Em alguns casos os professores faltosos deste processo já deverão ser penalizados ao final do prazo concedido para a efetivação do plano de recuperação.

As faculdades deverão aplicar aos docentes penas como a citação do resultado em um prontuário acadêmico (Sorocaba) ou no prontuário da DRH (Ciências Sociais e FEA). O docente também poderá receber uma advertência (Ciências Exatas), ou ter seu contrato reduzido (Faficla e Teologia). Tam-

bém foram levantadas as possibilidades de não ser priorizado na escolha de matérias, chegando-se ao limite da demissão (Teologia). A reitora informou que os encaminhamentos levantados pelas faculdades deverão ser analisados e possivelmente incorporados à nova avaliação, que terá início no segundo semestre de 2020.

### REGIMENTO E BOLSAS

A professora Madalena Peixoto, do Grupo Técnico que

sistematiza o Regimento, encaminhou pedido, acatado pela reitora, para que o prazo para as faculdades se pronunciarem sobre sua reorganização departamental seja transferido para final de agosto e não julho como estava previsto.

A reitora informou também que a Fundasp instituiu bolsas emergenciais para atender aos estudantes que forem prejudicados pelos corte da Capes. Até agora a agência cortou 70% das bolsas dos cursos com nota 3, mas já acena com cortes para os cursos de nota 4.

## FALA COMUNIDADE

# Carta Aberta contra a extinção do Departamento de Jornalismo

*José Arbex Jr.*

Aos professores do Departamento de Jornalismo

Aos estudantes do curso de Jornalismo

Car@s,

Em sessão extraordinária, realizada em 12/6, o Conselho da Faficla decidiu extinguir o Departamento de Jornalismo, com a perspectiva de alocar o nosso curso num futuro Departamento de Comunicação, junto com os cursos de Publicidade e Propaganda e Mídias. Trata-se de um erro monumental, pelas razões que se seguem. Estamos agora enfrentando a mais séria ameaça já feita à nossa própria existência.

Aparentemente, é apenas natural que Jornalismo faça parte de um Departamento de Comunicação. Gravíssimo erro de julgamento. Jornalismo não se confunde, em hipótese alguma, com Comunicação. Isso não desmerece os demais cursos. Não nos julgamos melhores do que outros. Não nos acreditamos "especiais". Não nos julgamos portadores de algum privilégio transcendental. Nada disso.

Apenas, defendemos a especificidade de nosso curso e de nosso departamento, que se refere à determinação ética de buscar, revelar e divulgar a verdade dos fatos. Trata-se de uma ética que foi construída ao longo de cinco séculos de história, desde que o primeiro panfleto foi impresso na Europa, na esteira da invenção de Gutemberg, combinada com a Reforma de Lutero e a entrada do continente da era do letramento.

Uma ética consagrada por jornalistas como Jean-Paul Marat (dirigente da Revolução Francesa), Karl Marx (autor do Ma-

nifesto de 1848), Vladimir Ilich Lênin e Leon Trotsky (dirigentes da Revolução Russa), Rosa Luxemburgo (revolucionária alemã) e, no Brasil, gente como Perseu Abramo (professor do nosso departamento durante 15 anos), e tantos, tantos outros que deram a própria vida pelo direito de expressar aquilo que acreditavam ser a verdade.

Nós defendemos essa tradição. Exatamente por isso, resistimos, durante quatro décadas, às pressões do MEC, que, inspirado numa reforma que teve como patrocinador o governo dos Estados Unidos (os famigerados Acordos MEC-Usaid), justamente queria diluir o nosso curso na geleia geral da "comunicação social". Tentava, com isso, apagar as nossas especificidades, especialmente o compromisso com busca da verdade. Há quatro anos, uma comissão do MEC formada por especialistas, encarregada de redigir as Novas Diretrizes Curriculares do Jornalismo, reconheceu o próprio erro. O professor José Marques de Melo, então presidente da comissão, participou pessoalmente de uma reunião organizada pelo Departamento, para dizer, com todas as letras, que Jornalismo não pode ser diluído como um ramo da Comunicação.

Ironicamente, aquilo que o MEC não conseguiu - destruir a melhor tradição do Jornalismo -, agora a própria Faficla tenta realizar.

E a Faficla se dispõe a enterar o departamento, justamente num momento em que o bom e velho Jornalismo, que muitos imaginavam "superado" e enterado, agora mostra sua força, com as revelações feitas pela Intercept sobre a trama dos procuradores em conluio com juizes para operar o golpe no Brasil. Nunca o Jornalismo foi tão necessário. Nunca o compromisso com a ética e com o restabelecimento da verdade dos fatos foram tão urgentes. Nunca o nosso departamento se provou tão correto. Mas... querem extingui-lo.

Que ninguém se iluda: se sobrevivermos ao longo das últimas quatro décadas, apesar de todas as vicissitudes - se, ao contrário de definir e perder alunos, abrimos o período vespertino -, se hoje somos uma espécie de referência nacional, isso se deve à nossa coerência. Nunca aderimos a modismos; nunca nos pretendemos "vanguarda"; nunca quisemos ser "modernos". Exatamente por isso, os professores do curso de Jornalismo se manifestaram, por unanimidade, contra a extinção do Departamento.

Mas não fomos ouvidos. A nossa vontade foi desrespeitada, foi aviltada, foi ignorada.

Somos o que somos. Mas, novamente, muito ao contrário do que parece, nunca nos fechamos aos demais cursos oferecidos pela PUC. Dizemos, com prazer e orgulho, que mais da metade dos professores que dão aula em nosso curso são de outros cursos e departamentos. Mais da metade. Isso significa que somos "multidisciplinares", somos abertos às contribuições de todos os ramos do conhecimento. Mas jamais perdemos o nosso foco. Somos jornalistas. Ponto.

Agora, isso tudo está ameaçado. Caso prevaleça a deliberação de 12.06, teremos dado um passo gigantesco rumo ao enterro de uma identidade construída a duras penas, contra tudo e contra todos. Em nome do que, exatamente? Eis aí uma pergunta que deve ser respondida por aqueles que defendem a nossa extinção.

Vamos apelar ao Consun. Vamos expor nossos argumentos, como temos feito ao longo da série de reuniões organizadas pela Faficla. Queremos que a nossa voz seja ouvida.

**Prof. Dr. José Arbex Jr. é jornalista**

## Nota à comunidade da Faculdade de Ciências Sociais

O Conselho da Faculdade de Ciências Sociais, em reunião aberta realizada no dia 11/6, decidiu expressar à comunidade da PUC-SP seu estranhamento pela condução apressada das discussões relativas ao novo Estatuto e no momento atual ao novo Regimento. Tal estranhamento é agravado pelo fato da versão vinda de Roma, e atualmente em discussão, divergir em diversos artigos importantes daquela

aprovada pelo Consun e enviada ao Conselho Superior da Fundação São Paulo.

Elaborar um novo Regimento para a universidade implica em reorganizações estruturais significativas, o que poderia significar uma rica oportunidade de se repensar a universidade como um todo. Para isso, porém, seria necessário um tempo suficiente de reflexão e discussão em todos os níveis da comunidade acadêmica.

O prazo extremamente limitado, incluindo um período de férias, não permitirá qualquer aprofundamento das discussões.

A Faculdade de Ciências Sociais não se eximirá, no entanto, de apresentar as propostas que considerar cabíveis, ainda que consciente dos limites colocados pela forma em que está proposto tal processo.

São Paulo, 12 de junho de 2019.

## FALA COMUNIDADE

# Que balbúrdia é essa?

*Prestes a sair de férias, alunos de jornalismo são surpreendidos, novamente, por manobras da Faculdade que realiza mudanças sem consultar o corpo estudantil*

**Giovanna Colossi**

Os dias 15 e 30/5 ficaram marcados como o tsunami da educação. Em todo o país, estudantes foram às ruas para protestar os cortes anunciados pelo governo, mas também para reivindicar voz ativa na tomada de decisão em assuntos que nos afetam de forma direta. Entre os manifestantes, estudantes da PUC-SP também erguiam as mãos e a voz para avisar: Balbúrdia, aqui não!

Menos de um mês depois, e os alunos da Pontifícia, do curso de Jornalismo especificamente, são surpreendidos por notícias, que, pelo teor, poderiam ser confundidas com possíveis decretos de Weintraub, o ministro da Educação. O fechamento do departamento de jornalismo.

O esvaziamento desses espaços onde docentes, de forma conjunta, dialogam a política educacional dos cursos, as relações de contrato de trabalho dos professores, além do mais importante, a autonomia do curso dentro deste espaço universitário que está cada vez mais burocrático e administrativo vai de contramão com a imagem construída pela própria faculdade de ser um local onde a democracia é exercida de forma diária e cotidiana, mesmo durante períodos políticos de repressão.

A justificativa para a di-

minuição de departamentos é ainda mais grave porque mostra que a faculdade é incapaz de pensar em formas inovadoras para lidar com o declínio de alunos interessados nos cursos de humanas com exceção do curso de Jornalismo - como a diminuição nos valores das mensalidades, que por mais que ultrapassem de dois mil reais não parecem garantir o direito a decisão em assuntos que dizem respeito ao futuro do curso.

Hoje, os alunos de Jornalismo representam metade dos estudantes da Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes, com mais de 500 matriculados e com vestibulares em três períodos. Na grade curricular existe uma rica interdisciplinaridade, são 55 professores de diferentes cursos da Faficla, sendo 23 deles do Departamento de Jornalismo.

E é nessa especificidade, que o Departamento de Jornalismo sempre conseguiu se articular, realizar mudanças benéficas para alunos e professores do curso. Extinguir o departamento para criar um departamento de comunicação é uma forma de acabar com a força conjunta dos professores e consequentemente dos alunos, além de demonstrar que a própria Faficla não entende o tamanho e as diversas formas que a palavra comunicação é compreendida e in-

terpretada. O que esperar desse departamento?

A decisão tomada pelo Conselho da Faculdade que integra todos os coordenadores, inclusive o de jornalismo, e chefes de departamentos dos cursos da Faficla é uma decisão obscurantista, tomada às pressas, sem levar em consideração a votação feita anteriormente pelos professores de jornalismo, que se mostraram contrários à diluição do Departamento e desrespeitando o direito dos alunos de opinarem nas questões relacionadas ao curso.

É pensar a universidade sem os dois fatores mais importantes para a sua existência. Alunos e professores viraram espectadores dos funcionários administrativos da Pontifícia Universidade Católica, depois disso, o que mais podemos esperar? São 40 anos de departamento sendo jogados pela janela com a justificativa de que mudanças são progressistas e que querer manter algo que existe a tanto tempo é conservadorismo.

Se a atual conjuntura tem algo a nos dizer, é que, conservadorismo é exatamente o contrário, é querer acabar com instituições que exis-

tem há anos, enquanto dita o discurso simplista de que somente com novas políticas e novas figuras podem trazer o esperado progresso e prosperidade econômica.

Estamos assistindo à verdadeira falência da PUC-SP, antes um local acadêmico que hoje se encaixa nos moldes mercadológicos da educação. Mas assim como fomos às ruas para lutar contra a falência do Ministério da Educação, representado por uma figura controversa, que tem poder de mais nas mãos - o mesmo tipo de poder que o coordenador do curso de Jornalismo vai passar a ter após a diluição do departamento, tomando decisões do cotidiano pedagógico e também político educacional - os alunos vão lutar pelo Departamento de Jornalismo, que não garante somente a excelência do nosso curso, mas também a proteção dos nossos professores, que se disponibilizam a nos ensinar não só jornalismo, mas ética, respeito e responsabilidade. O que não foi demonstrado em momento algum pela Faficla e coordenação.

**Giovanna Colossi é aluna do curso de Jornalismo**

## Horário de férias na APROPUC

Durante o mês de julho a APROPUC deverá funcionar das 9h às 18h, retornando ao seu horário normal a partir de 5/8. A entidade deverá manter plantões de diretores e do atendimento jurídico. A AFAPUC terá expediente normal durante todo o mês de julho.

**PUCViva**

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Stéfane Mattos

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e

Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Jason Tadeu Borba, Victoria C. Weischorst, Nalcir Antonio Ferreira Jr. e Maria Helena Gonçalves Soares Borges

Apropuc: Rua Bartira 407 - CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Ministro Godoy 1055 - Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8208 - Correio Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br - PUCViva na Internet: www.apropucsp.org.br